

O PANORAMA LABORAL BRASILEIRO NO CONTEXTO RECENTE DA ECONOMIA LATINO-AMERICANA

Sandro Pereira Silva¹

1 INTRODUÇÃO

Nesta nota são discutidos alguns dos principais resultados apresentados em recente publicação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é o *Panorama Laboral 2017: América Latina y el Caribe* (OIT, 2017). Trata-se de um relatório produzido e divulgado anualmente e considerado como a principal publicação organizada pelo escritório regional da OIT na América Latina e no Caribe. Ele contém informações e análises gerais sobre as condições de emprego na região, apoiando-se em indicadores econômicos e sociais – sobretudo os relativos a mercado de trabalho – oficiais dos países.

Nesse sentido, o objetivo central aqui traçado foi analisar o panorama laboral brasileiro, a partir dos dados compilados pela própria OIT, situando-o no contexto mais geral da economia latino-americana. Parte-se do entendimento de que uma análise das transformações recentes dos indicadores de mercado de trabalho no Brasil, em comparação com as mesmas mudanças em seus vizinhos, que convivem com dinâmicas de inserção no capitalismo global e problemas estruturais similares próprias da condição dependente de seu padrão de desenvolvimento, permite uma visualização mais acurada da realidade e dos desafios a serem enfrentados pelo país para recuperar o ritmo de crescimento vivido antes de ser assolado pela forte crise econômica e política que se inicia no final de 2014 e ainda persiste.

Para tanto, o trabalho está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, há uma breve contextualização da evolução recente das economias mundial e latino-americana como pano de fundo para as discussões posteriores. Na seção 3 são discutidos e problematizados os principais indicadores de mercado de trabalho para a América Latina em geral e para o Brasil em específico. Por fim, na seção 4 são tecidas algumas considerações finais.

2 DADOS RECENTES DA EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS MUNDIAL E LATINO-AMERICANA

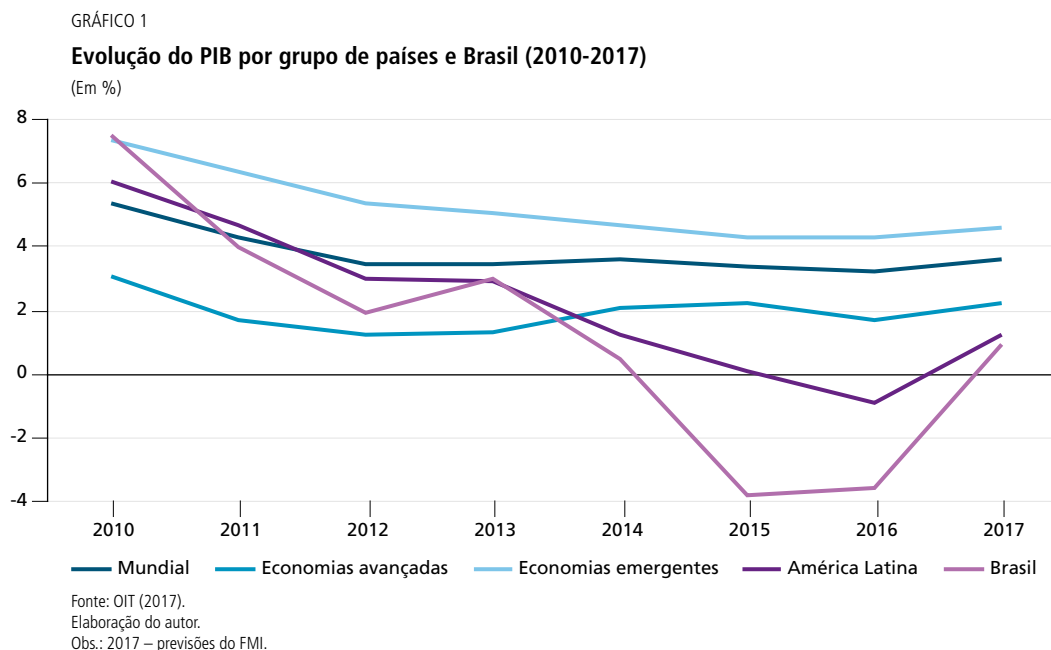
A economia mundial vem se mantendo nos últimos anos em um patamar de crescimento nada empolgante, substancialmente inferior às médias alcançadas na década passada.

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. E-mail: <sandro.pereira@ipea.gov.br>.

Embora a previsão de crescimento global em 2017 seja pouco superior ao obtido em 2016 (3,6% contra 3,2%), ele continua dentro de um patamar que se mantém desde 2012 com poucas alterações. Considerando-se somente os países de “economias avançadas”, esse percentual é ainda menor, com previsão de 2,2% para 2017. No caso das chamadas “economias emergentes” ou “em desenvolvimento”, a média segue acima da média global (4,6%), mas também se mantém em níveis bem abaixo dos alcançados até 2011.

Já o grupo de países da América Latina vem sofrendo um período já considerável de baixo crescimento, com níveis inferiores aos da economia global desde 2012. Vale ressaltar que a economia latino-americana é bastante influenciada pelo dinamismo econômico do Brasil, que representa pouco mais de 40% de todo o produto interno bruto (PIB) da região. Por isso, a forte recessão que atingiu o país nos anos 2015 e 2016 acabou rebaixando bastante a média alcançada na região, que foi de 0,1% e -0,9%, respectivamente.

O ano de 2017 representou um estancamento das quedas nos PIBs latino-americano e brasileiro ocorridas no ano anterior, com uma variação positiva de 1,2% e 0,9%, respectivamente, mas ainda assim fecharam em um patamar bastante inferior tanto em relação à média global quanto à média dos países emergentes, conforme mencionadas anteriormente. Entre os fatores que podem explicar essa quebra no comportamento negativo do PIB na região estão: a recuperação dos preços dos produtos básicos a partir de meados de 2016, com o índice de preços de *commodities* crescendo 12,3% em 2017;² as condições financeiras mais favoráveis a nível mundial que possibilitaram o retorno dos capitais externos à região; e a tímida expansão dos componentes de investimento e de consumo interno na demanda agregada. O gráfico 1 ilustra as trajetórias de crescimento econômico nos últimos anos no Brasil em comparação com os demais grupos de países.



2. Se considerar o índice de preços de *commodities* sem o petróleo, esse crescimento foi de 5%. O petróleo cresceu 9% e as *commodities* metálicas cresceram 18% no período, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), compilados pela OIT (2017).

3 OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

A recuperação ainda débil da economia latino-americana em 2017, conforme indicado na seção anterior, não foi suficiente para reverter as situações de deterioração das variáveis de mercado de trabalho. A taxa de desocupação que se manteve em uma média de 6,5% até 2014 entrou em descontrole a partir de então, com elevações consecutivas nos três anos seguintes. Segundo previsão da própria OIT, a desocupação na região fecharia 2017 com uma taxa de 8,4% (contra 7,9% de 2016), o que representa em torno de 26,4 milhões de pessoas em situação de desemprego involuntário em toda a América Latina.

Assim como no caso do PIB, o Brasil corresponde a algo em torno de 40% da população economicamente ativa da América Latina. Portanto, os movimentos no mercado de trabalho brasileiro impactam fortemente as médias dos indicadores da região, sobretudo no tocante ao aumento acentuado da taxa de desocupação no país a partir de 2015. Por exemplo, tomando-se toda a América Latina, a média de desocupação em 2017 até o terceiro trimestre foi de 8,7%, mas se desconsiderar o Brasil, essa média cai para 5,8%. Considerando apenas o Brasil, a taxa média de desocupação no mesmo período foi de 13,1%, bem superior à média da região, com o país chegando a atingir pela primeira vez a faixa dos 14 milhões de desempregados no início do ano. Esse resultado indica uma elevação de 1,8 ponto percentual (p.p.) em relação à média dos três primeiros trimestres de 2016, que foi 11,3%, influenciado pela conjunção de dois movimentos: queda na taxa de ocupação e aumento na taxa de participação no mercado de trabalho. Uma síntese dessas informações encontra-se na tabela 1, a seguir.

TABELA 1

Indicadores de mercado de trabalho, total e por gênero: América Latina e Brasil (2012-2017)

(Em %)

Indicadores/ano	2012	2013	2014	2015	2016	2016	2017
						Média até o 3º trim.	
América Latina							
Taxa de desocupação	6,5	6,3	6,1	6,6	7,9	8,2	8,7
Homem	5,4	5,4	5,3	5,7	6,9	7,2	7,6
Mulher	7,9	7,6	7,3	7,9	9,2	9,9	10,4
Taxa de participação	62,3	62,0	61,9	62,0	62,0	61,7	61,8
Homem	75,8	75,5	75,3	75,2	75,0	74,5	74,4
Mulher	49,7	49,6	49,4	49,6	49,9	49,8	50,2
Taxa de ocupação	58,3	58,2	58,1	57,9	57,2	56,7	56,5
Homem	71,7	71,4	71,3	70,9	69,9	69,2	68,9
Mulher	45,8	45,8	45,8	45,8	45,4	44,9	45,0
Brasil							
Taxa de desocupação	7,3	7,1	6,8	8,5	11,5	11,3	13,1
Homem	6,0	5,8	5,7	7,3	10,1	9,9	11,6
Mulher	9,2	8,9	8,2	10,1	13,3	13,2	15,0
Taxa de participação	61,4	61,3	61,0	61,3	61,4	61,4	61,7
Homem	73,1	72,9	72,5	72,4	72,3	72,4	72,0
Mulher	50,8	50,7	50,6	51,2	51,4	51,3	52,3
Taxa de ocupação	56,9	56,9	56,8	56,1	54,3	54,4	53,6
Homem	68,7	68,7	68,3	67,1	65,0	65,2	63,7
Mulher	46,1	46,2	46,4	46,0	44,6	44,6	44,4

Fonte: OIT (2017).
Elaboração do autor.

Esses dados gerais sobre mercado de trabalho e desocupação podem ser desagregados em subgrupos e composições específicas para melhor caracterizar as transformações recentes, tais como: por gênero, por geração (juventude), por vínculo contratual e por setor econômico.

A primeira desagregação aponta as diferenças nos principais indicadores laborais entre homens e mulheres nos últimos seis anos. Os números já apontados na tabela 1 destacam que as mulheres seguem mantendo taxas de desocupação bem superiores à dos homens, mesmo com uma taxa de participação bastante inferior.

No Brasil, esse diferencial em termos de taxa de desocupação é maior do que na América Latina como um todo, mantendo-se, em 2017, na ordem de 3,4 p.p. Enquanto a desocupação entre os homens foi de 11,6%, entre as mulheres foi de 15,0%, e ambas tiveram crescimento significativo comparando-se os números de 2016. Considerando toda a região, o valor de 2017 para o mesmo indicador foi de 7,6% para os homens e de 10,4% para as mulheres; embora também tenha se elevado em relação ao ano anterior, esse movimento foi menor do que no caso brasileiro. Vale ressaltar ainda que, ao contrário do que ocorreu entre os homens, a taxa de participação das mulheres elevou-se em 2017, tanto no Brasil (de 51,3% para 52,3%) quanto no conjunto da região (49,8% para 50,2%).

A segunda desagregação escolhida refere-se à participação da juventude nos principais indicadores de mercado de trabalho. Segundo o relatório da OIT, a crise econômica tem afetado a população jovem (de 15 a 24 anos) em maior medida do que os adultos, de modo que, pela primeira vez na década, a taxa de desocupação entre os jovens chegou bem próximo dos 20%, representando o triplo da média de desocupação entre os adultos acima de 24 anos. De 2016 para 2017 a taxa de desocupação para esse contingente populacional aumentou 0,6 p.p. (de 18,9% para 19,5%), além de um ligeiro incremento na taxa de participação. Como resultado, praticamente um em cada cinco jovens na região que procuram por emprego não consegue encontrar. Em números absolutos, o montante de jovens desocupados elevou-se de aproximadamente 9,8 para 10,2 milhões em toda a América Latina em 2017.

No entanto, ressalta-se que essa elevação na região, quando se desconsidera o Brasil, na verdade diminuiu, de 13,7% para 12,7%. Isso ocorre porque a taxa de desocupação juvenil no país não apenas vem se mantendo em um nível muito mais elevado que no restante da região, como também apresentou um incremento substancial em 2017 (quase 3 p.p.), fechando o ano com 29,8% de desocupação para esse grupo, como demonstra a tabela 2. Esses números apresentam a situação dramática que a desestruturação recente do mercado de trabalho brasileiro causou nas oportunidades de emprego da população jovem, já que quase um terço dos que buscam trabalho não encontra. Vale destacar que os jovens desocupados representam aproximadamente 40% do total de desocupação no país. Sobre esse tema, o relatório da OIT (2017, p. 42) afirma que “é essencial melhorar a infraestrutura de oportunidades para os jovens mediante políticas sociais e de emprego apropriadas para garantir sociedades inclusivas e sustentáveis, e para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável”.

TABELA 2

Indicadores de mercado de trabalho total e por grupo geracional: América Latina e Brasil (2016 e 2017)

(Em %)

Região/indicadores	Taxa de participação		Taxa de ocupação		Taxa de desocupação	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
América Latina com Brasil	61,7	61,8	56,7	56,5	8,2	8,7
15 a 24	47,7	47,8	38,9	38,7	18,9	19,5
25 e mais	66,9	67,0	63,0	62,7	6,0	6,5
América Latina sem Brasil	61,9	61,8	58,1	58,3	6,1	5,8
15 a 24	46,5	46,2	40,2	40,3	13,7	12,7
25 e mais	68,5	68,5	65,3	65,4	4,6	4,4
Brasil	61,4	61,7	54,4	53,6	11,3	13,1
15 a 24	49,9	50,8	36,5	35,7	26,9	29,8
25 e mais	64,6	64,7	59,5	58,6	8,0	9,4

Fonte: OIT (2017).

Elaboração do autor.

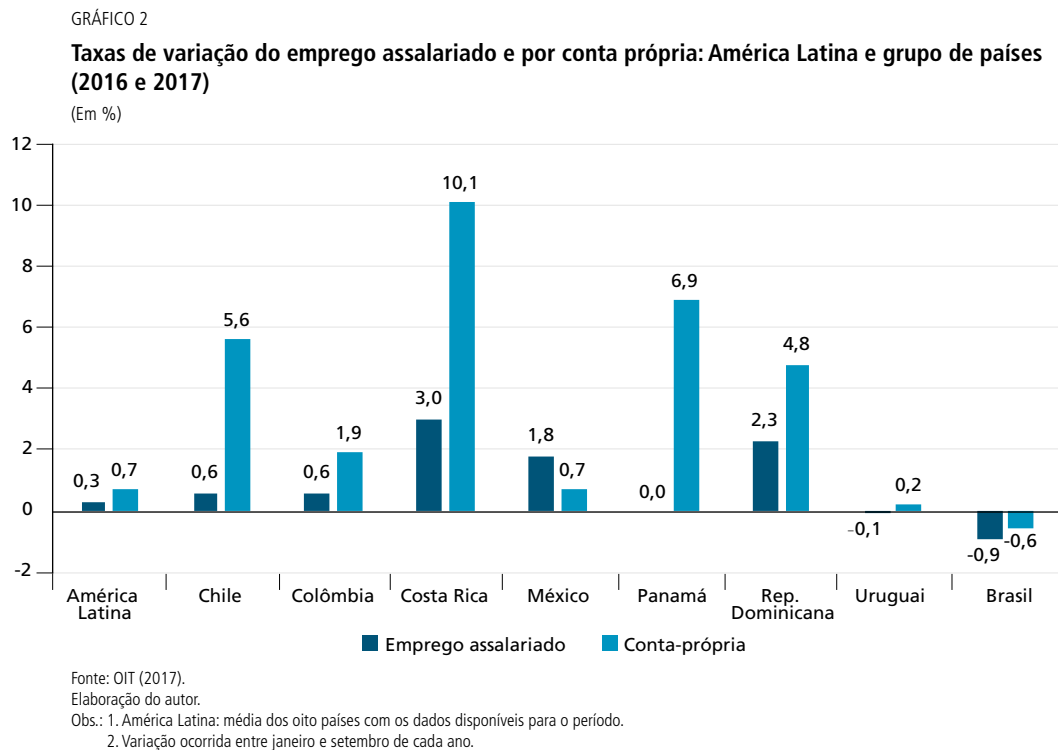
Obs.: Médias de 2016 e 2017 consideradas até o terceiro trimestre.

Em termos de composição das ocupações urbanas por vínculo contratual, o que tem sido observado no contexto recente latino-americano é o aumento contínuo do emprego por conta-própria ou não assalariado, que ganha maior espaço em um cenário no qual os efeitos de um entorno econômico regional menos dinâmico têm se refletido tanto na quantidade quanto na qualidade do emprego gerado em toda a região. Sua participação relativa no volume total de ocupações na América Latina cresceu de 25,7%, em 2012, para 27,7%, em 2016. Pouco mais de dois terços desses “conta-proprios” são constituídos por trabalhadores autônomos não especializados, investidos basicamente em atividades de comércio informal ou prestação de serviços de baixa complexidade. Por isso, o emprego por conta própria está associado, em sua maioria, a um tipo de posto de trabalho de menor qualidade, por ser, em grande medida, informal, sem garantir ao ocupante do posto os direitos trabalhistas e sociais mínimos ligados ao exercício laboral em cada país. Os dados da tabela A.1, no apêndice, ilustram essas informações, além de possibilitarem uma série de outras observações possíveis sobre a evolução recente do mercado de trabalho na região, entre 2012 e 2016, inclusive com a desagregação dos dados por gênero.

Considerando a variação observada em 2017, pode-se afirmar que a pequena recuperação do emprego no conjunto dos países latino-americanos foi majoritariamente em função da elevação da ocupação por conta própria, que apresentou um incremento de 0,7% contra 0,3% das ocupações assalariadas. Esse resultado foi puxado principalmente por países em que a proporção do emprego no setor formal está entre as mais altas da região, como Costa Rica, Panamá e Chile. Apenas o México apresentou em 2017 uma elevação maior das ocupações assalariadas em relação às por conta própria.

O Brasil também passou, nesses últimos anos, por uma queda na qualidade da composição de suas ocupações no mercado de trabalho. Entre 2012 e 2016, o emprego assalariado caiu de 66,6% para 64,2%, enquanto o não assalariado subiu de 24,8% para 27,7%,

também puxado majoritariamente pelo emprego por conta própria, que cresceu ao todo 3,2 p.p. no mesmo período (tabela A.1). Ademais, o Brasil foi o único país da região que apresentou variação negativa tanto no emprego assalariado (-0,9%) quanto no conta-própria (-0,6) entre 2016 e 2017, considerando os três primeiros trimestres de cada ano (gráfico 2).³

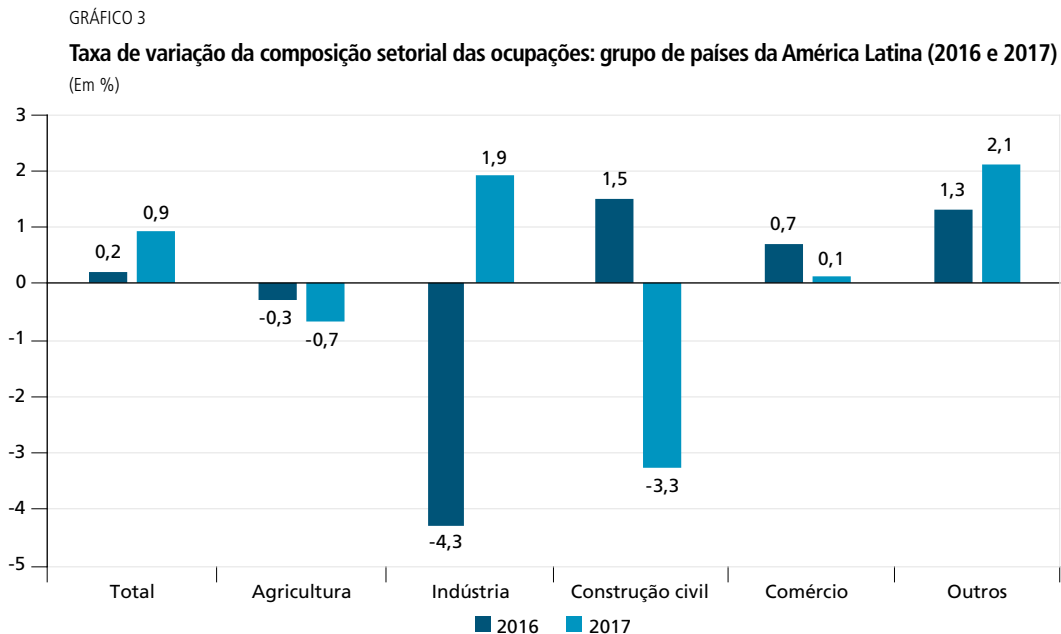


Em termos de composição setorial das ocupações, algumas variações podem ser destacadas nos últimos anos para a região latino-americana (dados na tabela A.2, no apêndice). Primeiramente, houve uma queda na participação do emprego industrial entre 2012 e 2016, de 14,6% para 12,8%, que pode ser identificada tanto para os homens quanto para as mulheres. Segundo, houve uma elevação da participação dos serviços não financeiros, avançando de 40,5% para 42,8% no mesmo período, também com a elevação sendo identificada em ambos os sexos. O setor de comércio também cresceu relativamente, de 26,2% para 26,8%. Já a agropecuária apresentou queda, passando a representar 5,1% em 2016, ante 5,4% em 2012.

Já para o caso brasileiro especificamente, observa-se uma movimentação bastante similar dos indicadores latino-americanos em geral. Ressalta-se que a queda da participação da indústria foi ainda maior, de 14,4% para 11,6% no mesmo período, sendo compensada, por sua vez, por uma maior participação dos serviços não financeiros, que cresceram 2,5 p.p. (de 41,3% para 43,8%).

3. Para um debate mais recente sobre o comportamento do emprego no Brasil, ver Ipea (2017) e Silva (2017), além da seção *Análise do mercado de trabalho* neste número do periódico *Mercado de Trabalho*.

Considerando apenas a variação de 2016 para 2017 no conjunto dos países da região, a atividade de construção civil foi a que teve a maior queda, 3,3%, após ter se elevado 1,5% no ano anterior. A indústria obteve um incremento de 1,9%, recuperando-se um pouco após uma queda acentuada de -4,3% em 2016. Já a agricultura, que já vinha de queda em 2016 de -0,3%, também apresentou variação negativa em 2017, dessa vez de -0,7%. No total, o crescimento do emprego na América Latina em 2017 foi de 0,9%, conforme ilustrado no gráfico 3.



Fonte: OIT (2017).
Elaboração do autor.
Obs.: Médias de 2016 e 2017 consideradas até o terceiro trimestre.

Outra dimensão importante de análise sobre o panorama laboral latino-americano refere-se à variação recente dos salários reais nas economias nacionais.⁴ Tomando por base os dados disponíveis de nove países, os salários médios da região tiveram um crescimento real de 0,6% em 2016 e de 1,4% em 2017. Já em termos de salário mínimo real, a variação positiva no período foi ainda maior, 2,3% e 4,2%, respectivamente. Segundo o relatório da OIT (2017), a melhoria dos salários reais nesse momento recente está relacionada com a queda nas taxas de inflação registradas na maior parte dos países, uma vez que, dos nove países observados, sete deles tiveram redução de inflação entre 2016 e 2017, inclusive o Brasil. Apenas México e Costa Rica apresentaram elevação da inflação nesse período.

Contudo, a variação nos salários reais desses países foi bastante heterogênea. Costa Rica, Chile, Nicarágua e Uruguai foram os únicos países que tiveram ganhos reais nos salários nos dois últimos anos, como se pode notar no gráfico 4. No caso do Brasil, o país passou por uma queda acentuada nos salários reais em 2016 de -2,1%,

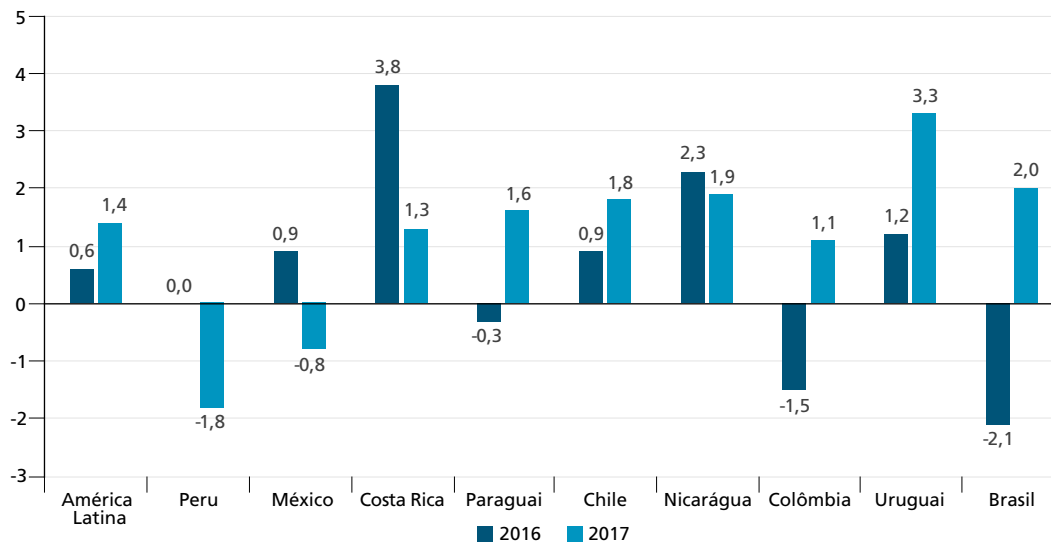
4. Ressalta-se que, no relatório da OIT (2017), há toda uma seção de *Tema especial* que debate a evolução dos salários na América Latina para o período de 2005 a 2015.

maior queda entre todos os países observados. Em 2017, embora o incremento na casa dos 2,0% tenha sido acima da média da região para o ano, foi possível somente recuperar parte da perda observada no ano anterior.

GRÁFICO 4

Taxa de variação real dos salários médios: grupo de países da América Latina (2016 e 2017)

(Em %)



Fonte: OIT (2017).

Elaboração do autor.

Obs.: Médias de 2016 e 2017 consideradas até o terceiro trimestre.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada nesta nota permite ampliar a visão sobre a real dimensão do momento atual da economia brasileira, sobretudo no tocante à dinâmica do mercado de trabalho, colocando-a em conexão com a realidade econômica e social da América Latina.

Como visto, o país ainda está longe de poder se considerar como recuperado da crise recente que eclodiu na economia nacional a partir de 2015, resultando em uma queda substancial do produto (próximo de 8%) em dois anos. Como 2017 foi marcado por um crescimento em torno de 1%, bastante abaixo da média tanto dos demais países emergentes quanto dos países de economia avançada, as demandas sociais, os riscos sistêmicos e os desafios permanecem os mesmos. Ou seja, o que se pode dizer no momento, diante do conjunto de informações apresentado, é que o Brasil ainda se encontra em uma situação econômica muito frágil, com vários obstáculos a serem vencidos (inclusive políticos) para retornar a uma trajetória ascendente de investimentos e à manutenção de taxas de crescimento mais próximas às alcançadas pelos países em desenvolvimento.

Em termos do panorama laboral no país, a realidade permanece altamente desafiadora. A taxa de desemprego no Brasil praticamente dobrou no curso de três anos, elevando bastante a média da região. A crise econômica inverteu o processo contínuo de criação de postos de trabalho formais vivenciado até 2014, resultando na destruição de mais

3,5 milhões desses postos entre 2015 e 2017.⁵ Esse é um fator a mais que fez com que o emprego não assalariado, em geral de menor qualidade, por não habilitar o trabalhador a acessar as redes nacionais de proteção social, tenha ganhado mais importância relativa na composição do mercado de trabalho nacional.

Ademais, como visto, a crise também afeta a população de forma diferenciada. Alguns grupos são mais sensíveis a variações negativas na economia, como mulheres e jovens,⁶ o que exige adoção de políticas e estratégias diferenciadas de enfrentamento de suas consequências, que podem ser bastante prejudiciais à sociedade como um todo.

A queda recente da inflação em grande parte da América Latina permitiu ao menos uma manutenção do valor real dos salários, com ligeiro incremento em 2017, não apenas no Brasil, mas em toda a região. No entanto, a situação de fragilidade externa, sobretudo em relação à dependência dos preços internacionais de *commodities*, e o crescimento ainda insatisfatório dos investimentos seguem deixando dúvidas quanto à velocidade de superação desse panorama.

REFERÊNCIAS

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Análise do mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 63, p. 11-23, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/Uow9NZ>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Panorama laboral 2017**: América Latina y Caribe. Genebra: OIT, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/qJ1Upe>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

SILVA, S. P. Análise dos dados recentes do desemprego no Brasil. **Revista Construção**, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/ddRh9m>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

_____. **Arranjos institucionais de financiamento das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil**: uma análise a partir da trajetória do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Brasília: Ipea, 2018. (Texto para Discussão, no prelo).

5. Sobre a queda recente de postos de trabalho formais no Brasil, ver Silva (2018).

6. Como o relatório da OIT não traz dados dos países desagregados por cor/raça, preferiu-se não adentrar nessa questão por não ser possível uma comparação internacional. Mas os dados recentes já apontam que a crise no Brasil afetou mais a população negra no mercado de trabalho (ver Ipea, 2017).

APÊNDICE

TABELA A.1
População ocupada urbana por categoria ocupacional: América Latina e Brasil (2012-2016)
 (Em %)

Região	Ano e sexo	Assalariados					Não assalariados					Trabalho doméstico	Trabalho não remunerado	Outros
		Total	Público		Privado		Total	Empregadores		Autônomos				
			Até cinco empregados	Acima de cinco empregados	Até cinco empregados	Acima de cinco empregados		Até cinco empregados	Acima de cinco empregados	Especializado	Não especializado			
América Latina	Total	65,1	13,0	12,6	39,5	25,7	3,1	1,2	2,1	19,3	6,6	2,1	0,6	
	2012 Homens	68,4	10,2	14,8	43,4	28,8	3,8	1,6	1,9	21,5	0,7	1,3	0,7	
	2012 Mulheres	60,8	16,6	9,9	34,3	21,7	2,1	0,7	2,3	16,6	14,2	3,0	0,4	
	2013 Homens	65,3	12,9	12,9	39,4	25,8	3,0	1,2	2,1	19,5	6,5	1,8	0,6	
	2013 Mulheres	68,4	10,0	15,0	43,4	29,0	3,8	1,6	1,9	21,6	0,7	1,1	0,8	
	2014 Homens	61,2	16,7	10,3	34,2	21,7	2,0	0,8	2,3	16,8	14,0	2,6	0,5	
América Latina	Total	64,7	12,6	12,6	39,6	26,2	3,0	1,2	3,3	18,7	6,4	2,0	0,6	
	2014 Homens	67,7	9,7	14,5	43,5	29,5	3,8	1,6	3,4	20,7	0,8	1,2	0,8	
	2014 Mulheres	61,0	16,4	10,0	34,6	21,9	1,9	0,7	3,1	16,2	13,6	3,0	0,4	
	2015 Homens	64,1	12,8	12,6	38,7	27,0	3,0	1,2	3,4	19,4	6,4	1,7	0,8	
	2015 Mulheres	66,8	10,0	14,7	42,2	30,3	3,8	1,5	3,6	21,4	0,8	1,1	1,0	
	2016 Homens	60,4	16,4	10,0	34,1	22,6	1,9	0,7	3,3	16,8	13,6	2,6	0,5	
América Latina	Total	63,4	12,6	12,5	38,3	27,7	2,9	1,1	3,6	20,1	6,5	1,6	0,8	
	2016 Mulheres	66,1	9,9	14,5	41,8	31,1	3,8	1,5	3,7	22,2	0,8	1,0	1,0	
Total		59,9	16,2	9,8	33,8	23,2	1,8	0,7	3,4	17,3	13,9	2,4	0,5	

(Continua)

(Continuação)

Região	Ano e sexo	Não assalariados												
		Assalariados					Não assalariados							
		Total	Público	Até cinco empregados	Privado	Acima de cinco empregados	Total	Até cinco empregados	Empregadores	Autônomos	Trabalho doméstico	Trabalho não remunerado	Outros	
								Acima de cinco empregados	Especializado	Não especializado				
Brasil	Total	66,6	13,2	11,9	41,6	24,8	2,8	1,3	1,9	18,7	1,4	7,2	1,4	0,0
	2012													
	Homens	69,5	10,0	13,7	45,9	28,7	3,4	1,7	1,6	22,0	0,8	0,8	0,9	0,0
	Mulheres	62,9	17,2	9,6	36,1	19,6	2,0	0,8	2,3	14,5	15,4	2,1	2,1	0,0
	Total	66,9	13,1	12,5	41,3	24,9	2,8	1,4	1,8	18,9	7,1	1,1	1,1	0,0
	2013													
Homens	69,7	9,9	14,2	45,6	28,9	3,4	1,8	1,6	22,1	0,8	0,7	0,7	0,0	
Mulheres	63,3	17,4	10,2	35,7	19,7	1,9	0,9	2,2	14,8	15,3	1,7	1,7	0,0	
Total	65,8	13,0	11,8	41,0	25,8	2,8	1,3	3,5	18,1	6,9	1,5	1,5	0,0	
2014														
Homens	68,3	9,6	13,5	45,2	30,0	3,6	1,7	3,6	21,0	0,8	0,9	0,9	0,0	
Mulheres	62,7	17,3	9,7	35,8	20,5	1,9	0,8	3,4	14,4	14,6	2,2	2,2	0,0	
Total	65,1	13,3	11,9	39,9	26,8	2,8	1,3	3,7	19,0	7,0	1,1	1,1	0,0	
2015														
Homens	67,3	10,1	13,7	43,6	31,2	3,5	1,7	3,8	22,1	0,8	0,7	0,7	0,0	
Mulheres	62,3	17,4	9,6	35,2	21,2	1,8	0,8	3,6	15,0	14,8	1,7	1,7	0,0	
Total	64,2	13,2	11,7	39,3	27,7	2,7	1,3	3,9	19,9	7,1	0,9	0,9	0,0	
2016														
Homens	66,4	10,1	13,4	42,9	32,2	3,4	1,7	4,0	23,1	0,8	0,6	0,6	0,0	
Mulheres	61,4	17,3	9,5	34,7	22,0	1,7	0,8	3,7	15,7	15,2	1,4	1,4	0,0	

Fonte: OIT (2017).
Elaboração do autor.

TABELA A.2

Composição da ocupação por categoria setor econômico: América Latina e Brasil (2012-2016)

(Em %)

	Total	Agricultura	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços financeiros	Serviços não financeiros	Outros
América Latina								
Total	100,0	5,4	14,6	8,9	26,2	3,7	40,5	0,6
2012 Homens	100,0	7,6	16,2	15,2	24,6	4,0	31,6	0,9
Mulheres	100,0	2,6	12,5	0,7	28,3	3,5	52,2	0,3
Total	100,0	5,4	14,2	9,2	26,1	3,8	40,7	0,6
2013 Homens	100,0	7,5	15,8	15,7	24,4	4,0	31,7	0,8
Mulheres	100,0	2,6	12,0	0,8	28,2	3,6	52,5	0,3
Total	100,0	5,5	14,0	9,3	26,3	3,8	40,5	0,7
2014 Homens	100,0	7,5	15,6	16,0	24,9	3,9	31,2	0,9
Mulheres	100,0	2,9	11,9	0,8	28,2	3,6	52,4	0,3
Total	100,0	5,1	13,6	9,1	26,5	3,8	41,2	0,7
2015 Homens	100,0	7,2	15,1	15,5	25,1	4,0	32,2	0,9
Mulheres	100,0	2,5	11,6	0,8	28,4	3,5	53,0	0,3
Total	100,0	5,1	12,8	9,0	26,8	3,7	42,1	0,6
2016 Homens	100,0	7,1	14,2	15,4	25,5	3,9	33,0	0,9
Mulheres	100,0	2,4	10,9	0,8	28,5	3,4	53,8	0,3
Brasil								
Total	100,0	5,4	14,4	9,5	25,4	3,5	41,3	0,5
2012 Homens	100,0	7,4	16,1	16,3	24,9	3,0	30,8	0,7
Mulheres	100,0	2,8	12,3	0,6	26,0	3,1	55,0	0,2
Total	100,0	5,4	13,7	10,0	25,2	3,7	41,5	0,5
2013 Homens	100,0	7,3	15,4	17,1	24,7	4,0	30,7	0,7
Mulheres	100,0	2,9	11,6	0,8	25,9	3,2	55,3	0,2
Total	100,0	5,6	13,4	9,9	25,6	3,6	41,3	0,5
2014 Homens	100,0	7,5	14,9	17,2	25,3	3,9	30,5	0,7
Mulheres	100,0	3,2	11,5	0,8	26,0	3,2	55,1	0,2
Total	100,0	5,1	12,8	9,6	25,8	3,6	42,4	0,5
2015 Homens	100,0	7,1	14,2	16,6	25,7	4,0	31,7	0,8
Mulheres	100,0	2,7	11	0,8	26,0	3,0	56,2	0,2
Total	100,0	5,0	11,6	9,5	26,2	3,4	43,8	0,5
2016 Homens	100,0	7,0	13,0	16,4	26,2	3,8	33,0	0,8
Mulheres	100,0	2,6	9,9	0,8	26,2	2,8	57,4	0,1

Fonte: OIT (2017).
Elaboração do autor.